

➤ **ÁREA DA COESÃO SOCIAL:**

13. ***PROPOSTA – PROTOCOLO DE CEDÊNCIA – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CIDADÃOS UCRANIANOS REFUGIADOS EM BRAGA (HOTEL JOÃO PAULO II – SAMEIRO)***

Da Sr^a. Vereadora Dr^a. Carla Sepúlveda, submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta de minuta de protocolo relativo à ***CEDÊNCIA – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CIDADÃOS UCRANIANOS REFUGIADOS EM BRAGA***, a celebrar entre o Município de Braga e Hotéis do Bom Jesus, S.A., que se anexa.

PROPOSTA

ASSUNTO: Protocolo de Cedência - Centro de Acolhimento para Cidadãos Ucranianos Refugiados em Braga

Enquadramento:

1. O conflito Rússia/Ucrânia desencadeado no dia 24 de fevereiro de 2022, obrigou à fuga de milhões de cidadãos ucranianos que, agora, estão sob o estatuto de refugiados.
2. Neste seguimento, várias medidas, nomeadamente em Portugal, têm sido aplicadas para facilitar o acolhimento dos cidadãos ucranianos em cidades recetoras.
3. Como cidade recetora, Braga encetou uma missão humanitária – contando com o apoio de inúmeros parceiros sociais e instituições particulares - que consistiu numa deslocação até à fronteira da Polónia com a Ucrânia (Breslávia) trazendo para Braga, em segurança, 44 cidadãos ucranianos refugiados.
4. Este transporte contou com uma tripulação constituída por um elemento da Proteção Civil do Município de Braga, uma médica, um tradutor, a mentora da missão e quatro motoristas.
5. Definiu-se como Centro de Acolhimento Temporário, para as famílias que chegaram a Braga, o Hotel João Paulo II, localizado no Sameiro.
6. Após tratamento documental pelas autoridades competentes, os cidadãos ucranianos serão encaminhados para alojamentos particulares com o devido acompanhamento por parte de diversos serviços (Divisão de Coesão Social e

Solidariedade, Instituto de Segurança Social, Alto Comissariado para as Migrações e parceiros como a Cruz Vermelha e Cáritas).

7. A Proteção Civil Municipal definiu, em conjunto com vários parceiros, os procedimentos para a instalação deste equipamento que denominam de Centro de Acolhimento para Cidadãos Ucrrianos Refugiados (CACUR).

Ora,

1. Considerando que o Município de Braga não dispõe de espaços com as características adequadas para a instalação deste Centro de Acolhimento;
2. Considerando a disponibilização por parte da Arquidiocese de Braga de um espaço para o efeito, nomeadamente o Hotel João Paulo II, localizado junto ao Santuário do Sameiro, em Braga;
3. Considerando a importância da disponibilização deste espaço, já que permitirá criar as condições necessárias à instalação de todos os refugiados a acolher;
4. Considerando, ainda, que o objetivo de prestação de um serviço de Ação Social e Proteção Civil, num contexto de cooperação externa, se encontra devidamente enquadrado no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º do Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nas alíneas h), j) e p).

Face ao exposto, proponho que o Executivo Municipal aprove a minuta de protocolo em anexo.

Braga, 15 de março de 2022

A Vereadora com a área da Coesão Social,



Carla Sepúlveda, Dra.

Centro de Acolhimento Temporário para Cidadãos Ucranianos Refugiados em Braga

PROTOCOLO DE CEDÊNCIA

O conflito Rússia/Ucrânia desencadeado no dia 24 de fevereiro de 2022, obrigou à fuga de milhões de cidadãos ucranianos que, agora, estão sob o estatuto de refugiados.

Neste seguimento, várias medidas, nomeadamente em Portugal, têm sido aplicadas para facilitar o acolhimento dos cidadãos ucranianos em cidades recetoras.

Como cidade recetora, Braga encetou uma missão humanitária – contando com o apoio de inúmeros parceiros sociais e instituições particulares - que consistiu numa deslocação até à fronteira da Polónia com a Ucrânia (Breslávia) trazendo para Braga, em segurança, 44 cidadãos ucranianos refugiados. Este transporte contou com uma tripulação constituída por um elemento da Proteção Civil do Município de Braga, uma médica, um tradutor, a mentora da missão e quatro motoristas. Definiu-se como Centro de Acolhimento Temporário, para as famílias que chegaram a Braga, o Hotel João Paulo II, localizado no Sameiro. Após tratamento documental pelas autoridades competentes, os cidadãos ucranianos serão encaminhados para alojamentos particulares com o devido acompanhamento por parte de diversos serviços (Câmara Municipal de Braga-Divisão de Coesão Social e Solidariedade, Instituto de Segurança Social, Alto Comissariado para as Migrações e parceiros como a Cruz Vermelha e Cáritas).

A Proteção Civil Municipal definiu, em conjunto com vários parceiros, os procedimentos para a instalação deste equipamento que denominam de Centro de Acolhimento para Cidadãos Ucranianos Refugiados (CACUR).

Ora,

Considerando que o Município de Braga não dispõe de espaços com as características adequadas para a instalação deste Centro de Acolhimento;

Considerando a disponibilização gratuita por parte da Arquidiocese de Braga de um espaço para o efeito, nomeadamente o Hotel João Paulo II, localizado junto ao Santuário do Sameiro, em Braga;

Considerando a importância da disponibilização deste espaço, já que permitirá criar as condições necessárias à instalação de todos os refugiados a acolher;

Considerando o interesse do Município de Braga em se associar a esta resposta humanitária e ao povo ucraniano que temporariamente deve ser acolhido pela cidade de Braga;

Considerando que os bracarenses e instituições desta cidade têm manifestado o maior interesse em prestar a ajuda necessária para com o povo ucraniano neste momento de grande incerteza e sofrimento;

Considerando que os municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações e que o objetivo de prestação de um serviço de Ação Social e Proteção Civil, num contexto de cooperação externa, se encontra devidamente enquadrado no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º do Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nas alíneas h), j) e p), bem como nas competências cometidas à Câmara Municipal, nos termos das alíneas o), u e v), do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL.

Celebra-se o presente protocolo, entre:

PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **MUNICÍPIO**,

SEGUNDO: HOTÉIS DO BOM JESUS, S.A., sociedade anónima, com o número de identificação de pessoa coletiva 501498575, com sede no Lugar do Bom Jesus, da Freguesia de Nogueiró e Tenões, 4715-261 Tenões, Braga, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. _____ e por um dos vogais do Conselho de Administração, Dr. _____ com poderes para o ato, doravante designado por Segundo Outorgante.

Que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

1. O presente contrato tem por objeto a **cedência** ao MUNICÍPIO DE BRAGA da utilização do Hotel João Paulo II, sito no Santuário do Sameiro, Av. Nossa Sra. do Sameiro 44, 4715-616 Braga, freguesia de Espinho, concelho de Braga, propriedade do Segundo Outorgante.
2. O MUNICÍPIO utilizará o Edifício (*quartos, hall da receção, instalações sanitárias, refeitório do piso 0, cozinha e lavandaria*) para acolhimento de Cidadãos Ucranianos Refugiados, não lhe podendo ser dado outro fim, sem autorização do Segundo Outorgante.
3. O MUNICÍPIO fica desde já impedido de sublocar, emprestar ou ceder, total ou parcialmente, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do Segundo Outorgante.
4. O MUNICÍPIO deverá manter o Edifício em perfeito estado de conservação e funcionamento, e finda a vigência do presente contrato, deverá entregar ao Segundo Outorgante o Edifício em bom estado de conservação.
5. Para os efeitos previstos no número anterior, deverão os serviços municipais competentes elaborar um auto de receção no qual conste o estado de conservação do equipamento e instalações recebidas, designadamente efetuando uma listagem que contenha tudo o que se encontra nos Pisos em causa, incluindo TV`s, mobiliário de decoração, eletrodomésticos, etc..

CLÁUSULA SEGUNDA

Fim

1. O espaço referido tem como finalidade a instalação de um Centro de Acolhimento destinado ao alojamento de pessoas, autónomas ou dependentes, em situação de fuga do país de origem e com o estatuto de refugiados.
2. A iniciativa de instalação e a coordenação do funcionamento destes espaços é do Município de Braga.
3. O MUNICÍPIO, obriga-se a gerir o espaço e a pagar as despesas correntes resultantes da respetiva utilização a que se referem a cláusula quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA

Gratuidade da cedência

A cedência do espaço é gratuita, não importando o pagamento de quaisquer contrapartidas financeiras.

CLÁUSULA QUARTA

Duração, alteração e denúncia do protocolo

O presente protocolo terá a duração de **1 (um) mês**, podendo ser renovado por iguais períodos de tempo, se interesses de emergência assim o justificarem.

CLÁUSULA QUINTA

Obrigações do Município

O MUNICÍPIO responsabiliza-se pelo pagamento das seguintes despesas, atinentes à utilização do Edifício que é objeto deste Acordo, estimando-se que as mesmas não ultrapassam o montante de 10.000,00 euros, podendo repartir esses encargos no quadro das parcerias locais de gestão do espaço que se vier a estabelecer, relativas a:

- a. Consumos de água, gás e luz;
- b. Limpeza do espaço.

CLÁUSULA SEXTA

Parcerias

O Segundo Outorgante autoriza que o MUNICÍPIO estabeleça parcerias locais para a gestão deste espaço, não podendo, contudo, vir a cedê-lo a terceiros fora dessas parcerias, nem cobrar contrapartidas financeiras pela utilização do mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA

Outras obrigações do MUNICÍPIO

1. O MUNICÍPIO compromete-se a avisar o Segundo Outorgante sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ou ameaça ao espaço ou que terceiros se arrogam direitos sobre ele.
2. E obriga-se a impedir a ocupação por terceiros de todo ou parte do espaço e responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que o Segundo Outorgante vier a sofrer.

CLÁUSULA OITAVA

Incumprimento

1. O incumprimento de qualquer das obrigações constantes do clausulado anterior confere ao Segundo Outorgante o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação do espaço cedido.
2. O encerramento ou não utilização das instalações para os fins próprios, sem justificação fundamentada e aceite pelo Segundo Outorgante confere, também, a este o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação.

CLÁUSULA NONA

Acompanhamento e monitorização do Protocolo

Para o acompanhamento do presente protocolo o serviço responsável designará um trabalhador municipal que assegurará o cumprimento das obrigações resultantes do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA

Comunicações

1. Todas as comunicações entre as PARTES a efetuar ao abrigo do presente Protocolo devem ser efetuadas *por escrito, mediante carta ou e-mail*, para as respetivas moradas dos outorgantes a seguir indicadas:
2. Quaisquer alterações aos endereços indicados no número anterior apenas se tornarão efetivas após a receção pelas PARTES da respetiva comunicação escrita.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

Produção de Efeitos

O presente Protocolo entra em vigor na data da entrega ao MUNICÍPIO do espaço referido, data essa que constará em auto de receção que passará a fazer parte, como anexo, deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

Resolução de conflitos

As partes comprometem-se a resolver de forma amigável qualquer litígio que possa surgir da execução do presente protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

Interpretação

As dúvidas suscitadas pela aplicação das regras do protocolo, bem como as omissões, *serão esclarecidas e interpretadas de comum acordo, dentro do princípio geral da boa-fé e na esteira da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.*

Feito em Braga, em dois exemplares de 6 páginas cada, e respetivos anexos, todas devidamente rubricadas e a última assinada, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

Em 11 de Março de 2022.

Pelo Município, o seu Presidente,

(Ricardo Rio)

Pelo Segundo Outorgante, Conselho de Administração,